

MITOS, EMBLEMAS, SINAIS E ERVAS:

O ENVENENAMENTO COMO ARMA DAS SOCIEDADES SECRETAS NO HAITI

Carlos Alberto Medeiros

(Jornalista, assessor parlamentar, Mestre em Ciências Jurídicas pelo PPGSD/UFF)



Fonte: WEB

Resumo:

Este texto examina o papel desempenhado pela cultura de origem africana, por meio de manifestações como a feitiçaria e as técnicas de envenenamento a esta associadas, na luta contra o colonialismo no Haiti, a partir de uma perspectiva que busca compreender essas manifestações sem o olhar etnocêntrico que as desvaloriza diante de explicações científicas até hoje incapazes de apreendê-las. Mostra assim como, no complexo processo de resistência/adaptação à escravidão, incluindo referências ao caso do Brasil, foi efetiva a utilização de elementos da cultura tradicional, particularmente das formas de organização conhecidas como “sociedades secretas”, fenômeno que se tem feito presente numa grande variedade de organizações sociais de todos os continentes.

Abstract:

This text examines the role carried out by the culture of African origin, through manifestations as sorcery and the poisoning techniques to this associated, in the struggle against colonialism in Haiti, starting from a perspective that tries to understand those manifestations without the ethnocentric glance that depreciates them due to scientific explanations until today unable to apprehend them. It shows as well as, in the compound resistance/adaptation process to slavery, including references to the case of Brazil, how effective was the use of elements of the traditional culture, particularly in the organizations known as “secret societies”, phenomenon that has been present is had in a great variety of social organizations of all continents.

Introdução

Em **Mitos, emblemas, sinais**, Carlo GINZBURG faz uma advertência: “Por mais óbvio que seja, não será inútil lembrar que uma enorme parcela dos inquisidores acreditava na realidade da feitiçaria, assim como muitíssimas feiticeiras acreditavam naquilo que confessavam perante a Inquisição” (GINZBURG: 2001, 30). Com efeito, quantos pesquisadores experientes já não sucumbiram à tentação de invalidar sumariamente as descrições que povos antigos ou “primitivos” nos forneceram a respeito de suas próprias experiências, desqualificadas à luz de uma ciência que se atribui a capacidade de descrever *corretamente* fenômenos como o transe ou possessão, para os quais até hoje não se encontraram explicações mais plausíveis do que aquelas enunciadas em primeira mão por seus protagonistas diretos?

Em seu estudo sobre o que chama de *zumbificação* – o processo de transformação, no Haiti, de uma pessoa indesejada em um “morto-vivo”, ou zumbi, por meio de envenenamento –, intitulado **A serpente e o arco-íris**, Wade DAVIS nos chama a atenção para a tendência, freqüentemente encontrada nas sociedades não-letradas, de “buscar os meios mais curtos possíveis com vistas à obtenção do total entendimento do seu mundo”. A sociedade vodu, por exemplo, tece uma teia de crenças ao mesmo tempo abrangente e geradora de uma ilusão de compreensão total:

Não importa como uma pessoa de fora possa vê-la; para o membro individual dessa sociedade, a ilusão mantém-se firme, não por causa de alguma força coercitiva, mas simplesmente porque, pare ele, não existe outro caminho. E, o que é mais, o sistema de crenças funciona; confere significado ao universo. (DAVIS: 1986, 165)

Como exemplo disso, poderíamos perguntar, seguindo Davis, por que uma árvore caiu e matou um transeunte. Para o cientista, a explicação é que a árvore estava podre e o vento soprava a uma velocidade incomum. Se, contudo, o forçarmos a explicar por que isso se deu no momento exato em que passava o transeunte, “ouviremos, sem dúvida, palavras como acaso, coincidência e destino; termos que, em si e por

si mesmos, são inteiramente desprovidos de significado científico, mas deixam, de modo conveniente, a questão em aberto”. Já para o voduísta, “cada detalhe dessa progressão de eventos seria uma total, imediata e satisfatória explicação, dentro dos parâmetros do seu sistema de crenças” (DAVIS: 1986, 165).

Daí a dificuldade dos psicólogos, por exemplo, em entender o fenômeno do transe, capaz de provocar, nos estranhos ao culto que a ele assistem, um tipo de medo “que encontra sua saída natural na descrença ou na inveja profunda”. Situados, geralmente, na primeira categoria, talvez por isso tendam a apresentar conclusões desconcertantes, parcialmente derivadas de pressupostos totalmente injustificados: “esmagadora desintegração psíquica”, “patologia relacionada ao caráter genético da população”, “psicose racial”, “comportamento de pessoas dotadas de uma constituição mitomaniaca”... A possessão seria, assim, um comportamento anormal – premissa que os antropólogos, para seu crédito, têm denunciado de forma irrefutável, mostrando a presença desse fenômeno, de uma forma ou de outra, na maioria das sociedades humanas: “Desde os oráculos délficos da antiga Grécia até o xamã da Europa setentrional, a possessão por um espírito foi aceita como fenômeno normal que ocorre quando e onde apropriado, e usualmente dentro do contexto de um culto religioso”, envolvendo “algum tipo de separação, transformação e reintegração de diversos aspectos da psique humana” (DAVIS: 1986, 169).

Mas essas conclusões dos antropólogos, ainda que acuradas, constituem antes observações do que explicações. Não dão conta, por exemplo, do fato de o possessor de Ogum atravessar as chamas sem queimar a sola dos pés. Segundo DAVIS, pode haver uma explicação natural para aptidões extraordinárias como essa, mas ela se localiza “(...) em regiões da consciência e das interações mente/corpo que a psiquiatria e a medicina ocidentais mal começaram a sondar”. Já que não existe uma explicação científica satisfatória, e diante de nossa própria e certa ignorância, não seria tolice menosprezar as opiniões daqueles que melhor conhecem o transe?

Este trabalho é uma pequena incursão a uma região limítrofe entre as zonas de luz e sombra. Refiro-me à atuação das sociedades secretas de origem africana no processo pré-revolucionário do Haiti, com ênfase na utilização, por estas, de técnicas tradicionais ligadas aos rituais religiosos, para a fabricação e administração maciça de venenos.

1. Uma visão da história

País razoavelmente próximo do Brasil, e que com este compartilha não apenas aspectos históricos, relacionados ao passado escravista comum – como veremos adiante –, mas também um conjunto de elementos associados à cultura e à religião de origem africana, o Haiti pode ser considerado o país mais africano das Américas. Tal afirmação não deriva somente da demografia, já que outros países do Caribe também têm populações de origem quase totalmente africana, mas se refere principalmente à cultura, pois nenhuma outra sociedade do Novo Mundo adotou como credo oficial uma religião de raízes africanas, como é o caso do vodu haitiano, nem tampouco conseguiu preservar, num espaço de destaque na vida social, instituições como as sociedades secretas, cuja importância no cotidiano do Haiti é pelo menos semelhante àquela de que desfrutavam entre os povos da África Ocidental. Com efeito, tal é o impacto da presença africana no Haiti que sobre este podemos afirmar, da mesma forma que o fazemos com relação à África, não haver lá a separação entre sagrado e profano, material e espiritual. Como diz Wade DAVIS, “[C]ada dança, cada canção, é tão-somente uma partícula do todo, cada gesto uma prece pela sobrevivência da comunidade inteira (DAVIS: 1986, 68).

Para entendermos o papel desempenhado pelas sociedades secretas na vida haitiana contemporânea, é preciso antes fazer um mergulho na história – em particular, nos eventos que cercam a independência daquele país, com seus desdobramentos imediatos. Com efeito, à altura de meados do século XVIII, o Haiti – chamado de Sainte Domingue – era considerado a jóia do império colonial francês, produzindo, em grandes quantidades, algodão, anil, cacau, café, tabaco, açúcar e peles, etc. Na verdade, a produção do Haiti suplantava o produto total das Antilhas Espanholas, além de ser superior à dos recém-formados Estados Unidos da América. Dela viviam, na metrópole, cerca de cinco milhões de pessoas, ou pouco menos de um quinto da população francesa da época. Para termos uma idéia do volume da produção haitiana, basta assinalar que em 1789, ano da Revolução Francesa, ela foi suficiente para abarrotar nada menos de quatro mil navios. Toda essa riqueza tinha por base, evidentemente, a exploração da mão-de-obra africana, que

constituía a esmagadora maioria da população – cerca de meio milhão de pessoas, controladas por, aproximadamente, 36 mil brancos e igual número de mulatos, estes últimos constituindo um segmento intermediário. Tratava-se, com certeza, de uma situação potencialmente explosiva, com alto grau de instabilidade, provocada pela ganância do sistema como um todo, que acabaria colocando a colônia no rumo da autodestruição. Como afirma DAVIS, “[S]ó o potencial de lucros maciços podia ter insensibilizado os brancos aos indícios cada vez mais claros de desastre iminente”:

(...) Na medida em que fazendeiros ausentes se empenhavam em ampliar suas propriedades, as fronteiras das *plantations* tangenciaram-se, e depois, a fim de satisfazer a crescente demanda de café, em especial, galgaram cada vez mais as encostas das montanhas, deslocando os bandos de Maroons [quilombolas] e, ironicamente, forçando-os a depender cada vez mais da pilhagem. O voraz consumo de mão-de-obra, nesse intervalo, duplicou a população de escravos em apenas 15 anos. Por quanto tempo poderiam os brancos ter esperança de controlar cerca de meio milhão de negros, cuja vasta maioria nascera na África e estava impregnada de uma tradição militar própria, a qual expandira reinos de uma ponta à outra de meio continente? (Davis: 1986, 190)

A revolta eclodiu em 1791, e durou 12 anos, até a expulsão final dos franceses em 1803. Nesse período, os haitianos viram-se obrigados a derrotar as maiores potências européias: primeiro os remanescentes da monarquia francesa, depois uma força de republicanos franceses, seguidos de invasores espanhóis e britânicos. Em dezembro de 1801, dois anos antes de vender a Louisiana e no auge de seu poder, Napoleão enviou para o Novo Continente a maior expedição que já partira de portos franceses. Sua missão era assumir o controle do Mississipi, sustar o ímpeto expansionista dos Estados Unidos, restabelecer o domínio francês naquilo que se tornara a América do Norte britânica e, de passagem, sufocar a revolta escrava. Comandada pelo experiente general Leclerc, cunhado de Napoleão, a força invasora inicial, composta de 20 mil veteranos, foi massacrada, assim como o foram os subseqüentes reforços. Quando os invasores finalmente abandonaram Sainte Domingue, em novembro de 1803, 60 mil veteranos das campanhas napoleônicas haviam tombado em solo antilhano.

2. Maroons: fanatismo ou consciência?

A vitória dos escravos revolucionários do Haiti sobre um dos melhores exércitos europeus, embora frequentemente esquecida, constitui um inegável fato histórico. O modo como isso foi feito, contudo, tem sido, segundo DAVIS, quase sempre erroneamente interpretado. Uma das explicações mais comuns recorre à febre amarela, deixando subentendido que não foram os negros que dizimaram as tropas brancas, mas as doenças tropicais. Essa explicação esbarra em dois obstáculos. Primeiro: exércitos europeus haviam sido vitoriosos em muitas partes do globo flageladas por febres e moléstias endêmicas. Segundo: as febres, no Haiti, chegavam regularmente com as estações, não começando antes das chuvas de abril, mas as forças de Leclerc, desembarcadas em fevereiro de 1802, já haviam sofrido dez mil baixas *antes* da estação da febre.

A segunda explicação para a derrota dos franceses recorre a “fanáticas e insensatas hordas de negros levantando-se como um só homem para esmagar as tropas brancas mais ‘racionais’” (DAVIS: 1986, 62). Quem a utiliza esquece-se de que a extraordinária coragem com que os rebeldes se lançaram à luta, apesar de seus escassos recursos, fundamentava-se não apenas na crença de que os espíritos os protegeriam e que suas mortes, caso ocorressem, os levariam de volta à “Guiné” – a pátria africana. Seu fanatismo brotava muito mais da consciência, muito humana e fundamental, de suas condições de vida. Como diz DAVIS, “[N]a vitória residia a liberdade, na captura aguardava-os a tortura, na derrota esperava-os a escravidão”. As forças européias de fato sofreram com a febre, mas foram derrotadas por homens – não hordas de saqueadores, mas exércitos rebeldes relativamente pequenos (nunca mais de 18 mil homens), bem disciplinados e altamente motivados, liderados por homens a quem não faltava certo gênio militar. Mas nos últimos anos de colonização os franceses haviam enfrentado um outro tipo de luta, não menos organizada e tenaz, porém, sob muitos aspectos, mais aterrorizante do que o confronto armado, com o qual, não obstante, se combinava. Estamos falando das técnicas de envenenamento amplamente empregadas no Haiti, especialmente a partir da segunda metade do século XVIII, com as quais africanos e seus descendentes escravizados vingavam-se das crueldades de que eram vítimas, obrigando, ao mesmo tempo, os senhores brancos e suas famílias a viverem num ambiente de terror. Para entender o uso dessas técnicas, faz-se necessário examinar o papel exercido no Haiti, desde o período colonial, pelas

sociedades secretas.

3. Sociedade secretas, justiça e vingança

As sociedades secretas têm estado presentes nas diferentes civilizações, no Oriente, no Ocidente e também no Continente Africano. Carlo GINZBURG, por exemplo, em seu **Mitos, emblemas, sinais**, refere-se às sociedades masculinas de inspiração iniciático-religiosa, presentes na Antiguidade germânica. Entre eles os Berserkin, estudados por Lily WEISER, que os descreve como um “grupo iniciático de guerreiros escolhidos”, apresentados ao mesmo tempo como seres humanos, ainda que capazes de proezas extraordinárias, e entidades míticas que podiam assumir traços animalescos. Segundo WEISER, eles “personificavam originalmente o exército dos mortos”, e estão ligados à crença nos lobisomens. Associados ao êxtase, afirma ela, todos esses elementos “remetem à divindade guerreira da qual os Berserkin revelam-se seguidores: Odin” (GINZBURG: 2001, 194).

Os Berserkin foram apenas uma das inúmeras sociedades secretas que têm proliferado no mundo ocidental desde a Antiguidade. Entre elas podemos enumerar os Templários, a Carbonária, a Cabala, a Ordem de Cristo, os Hospitalários e os Cavaleiros Teutônicos, para não mencionarmos a Ordem Rosacruz, que reivindica o antigo Egito como o seu berço, nem a Maçonaria, surgida já no período iluminista, ambas vivas e atuantes em pleno século XXI. Em relação ao Oriente, poderíamos mencionar as Ordens do Dragão Dourado e do Triângulo Vermelho, chinesas, assim como os Hashishin, do Oriente Médio, esta última caracterizada por uma atividade que fez de seu nome a origem da palavra portuguesa *assassino*. A atualidade desse tipo de organização pode ser constatada por uma simples consulta à Internet, que apresenta milhares de referências ao tema, ou pela infamante atuação de grupos como o Ramo Davidiano ou a própria Ku Klux Klan.

No período colonial, as sociedades secretas da África Ocidental eram – tal como ainda o são nos dias de hoje – uma força social dominante, especialmente entre os povos das florestas costeiras que foram levados como escravos para a ilha de Sainte Domingue. Não é difícil enxergar nelas as origens dos Maroons haitianos – comunidades correspondentes aos quilombos brasileiros e aos *palenques* da América Central, que reuniam fugitivos da escravidão. Como nos mostra Davis:

(...) A filiação fazia-se por iniciação, um processo demorado que expunha o candidato a provações, testes de resistência e dor, após o que aprendia as senhas secretas, os símbolos e os apertos de mão da sociedade. Como em Sainte Domingue, era o conhecimento desses sinais esotéricos que definia o grupo; em praticamente todos os outros aspectos as sociedades não eram secretas e, de fato, sua função exigia que sua existência fosse plenamente conhecida. Pois essas sociedades não eram mera característica periférica da cultura da África Ocidental; estavam no próprio âmago e continuaram sendo, antes e depois da era colonial, os principais e militantes paladinos do modo de vida tradicional. (...) Uma chave para o vigor das sociedades secretas da África Ocidental – e o que era particularmente aplicável às necessidades dos Maroons – era o fato de seus interesses e atividades serem definidos em função da comunidade, e não de uma linhagem ou clã. Assim, forneceram aos bandos Maroons um inestimável modelo para a consolidação dos diversos antecedentes culturais de cada escravo. (DAVIS: 1986, 184-5)

Assim, da mesma forma que seus similares da África Ocidental, os Maroons possuíam rígidos critérios de admissão. Só era aceito quem se apresentasse voluntariamente e, mesmo assim, só depois que se tivesse a certeza de não se tratar de um espião colonial. Já os negros capturados durante incursões podiam ser escravizados e, ante a menor suspeita de traição, condenados à morte – prática semelhante à dos Malês, cujas revoltas constantes infernizaram as vidas dos proprietários de escravos e de toda a elite baiana no período entre as últimas décadas do século XVIII e as primeiras do século XIX. Os foragidos recém-chegados precisavam, antes de mais nada, apagar seu passado, o que era feito mediante a mutilação – marcas gravadas na pele com facas ou o suco de plantas tóxicas, como o acaju ou o pau-campeche. Depois de passar por uma rigorosa iniciação, os novos Maroons faziam um juramento público de obediência à comunidade e descobriam, “em termos realistas”, o que lhes poderia acontecer em caso de traição.

Um traço importante das sociedades secretas da África Ocidental, segundo WADDE DAVIS, é que elas, na qualidade de mais importante árbitro da cultura, “(...) tinham como função vital a administração da justiça e, como no caso da sociedade do leopardo entre os Efik do antigo Calabar, seus tribunais formulavam um veredicto baseado no resultado da prova do veneno” (DAVIS: 1986, 185). Prossegue ele:

(...) O julgamento por submissão à prova do veneno podia cobrir todo e qualquer crime pessoal ou social, e era inevitavelmente invocado em casos de suspeita de feitiçaria. Não surpreenderá

que as sociedades secretas tenham desenvolvido um conhecimento particularmente refinado de preparações tóxicas, aprendendo não só a identificar e experimentar com diferentes espécies de plantas e animais, mas também a controlar a dosagem, os meios de administração e até a disposição psicológica do recipiente potencial. (DAVIS: 1986: 185)

Na verdade, o uso de preparações tóxicas na África não se restringia às sociedades secretas ou aos seus tribunais. Trata-se, na verdade, de um traço coerente e sistemático em todas as culturas africanas. “Em certas regiões”, revelamos Davis, “os criminosos eram executados tendo a pele picada por lanças ou agulhas embebidas no suco de plantas tóxicas.” Em outras, quando morria um rei, o herdeiro era obrigado a se submeter, não uma, mas pelo menos duas vezes, às provas do veneno a fim de demonstrar sua própria força sobrenatural. Se fracassasse e morresse, sua linhagem seria interrompida e o trono, declarado vago. Mas não eram só os feiticeiros que utilizavam poções venenosas. Governantes estabelecidos usaram venenos de forma sistemática com o objetivo de purificar o mal populações inteiras. Com o advento do tráfico de escravos, contudo, os chefes políticos da África Ocidental descobriram um modo melhor de depurar suas sociedades: enviá-los para as distantes Américas como escravos, como aconteceu, segundo Moreau de SAINT-MERY, com envenenadores condenados à deportação para Sainte Domingue.

Como seria de esperar, o conhecimento, pelos africanos, das propriedades de determinadas ervas, assim como o uso desse conhecimento na produção de venenos, não deixou de ter impacto no Brasil. E por vários motivos, como nos mostra Roger BASTIDE:

(...) primeiro de tudo porque o colonizador português era supersticioso também, como seu escravo, negro ou índio. O pequeno número de “cirurgiões”, de médicos e boticários durante todo o período colonial, mesmo nas grandes cidades e nos portos comerciantes do litoral, forçava os doentes a infusões de ervas ou aos emplastos que não chegavam a curar, a consultarem “curandeiros” e “algebristas”; e como os africanos eram versados na arte da magia curativa, impuseram-se a seus senhores brancos e mantiveram, dessa maneira, alguns de seus processos nativos (...). (BASTIDE: 1985, 188)

Para o português, duas características faziam do negro o feiticeiro por excelência: o fato de ser estrangeiro – logo, estranho – e a cor de sua pele, associada ao Diabo. Isso provocará uma situação de ambigüidade em que o branco,

ao mesmo tempo em que aceita a sua magia medicinal, “seus filtros amorosos que darão aos senhores esgotados sexualmente o vigor desaparecido”, também tem medo do feiticeiro escravo “que conhece as plantas venenosas, e prepara os venenos, para se desembaraçar de senhores odiosos”. Esse duplo interesse dos colonizadores é o que explica a profusão de documentos sobre magia africana no Brasil. Curiosamente, os mais explícitos e detalhados são os que tratam do envenenamento por serpentes, muitos dos quais com referências ao Daomé e ao “culto do vodun”...

4. A conspiração de Macandal

Davis descreve-nos com pormenores a conspiração organizada por um negro mandinga de nome François Macandal, que se tornou um líder entre os escravos do distrito setentrional do Haiti, nas vizinhanças da cidade de Limbé. Incapacitado para o trabalho nos campos, foi transformado em pastor, e nessa condição podia vaguear não somente pelas pastagens, mas também pelas montanhas. Não se sabe ao certo se ele adquiriu o conhecimento da magia das plantas por conta própria, colhendo folhas equivalentes às que havia conhecido na África, ou via “os velhos mestres que habitavam cavernas e cujos simples passos eram suficientes para fazer a terra tremer”, já que as montanhas em torno de Limbé constituíam um refúgio para milhares de africanos fugidos das *plantations*, que tinham a cabeça a prêmio e eram conhecidos pelos franceses como Maroons.

A crueldade era então uma instituição entre os colonizadores franceses, cujo macabro repertório incluía – segundo seus próprios relatos –

(...) pulverizar a carne com melaço de cana fervente, costurar os lábios com arame, castrar e mutilar sexualmente homens e mulheres, sepultar em vida, amarrar os homens – suas peles untadas com melaço – em trajetos usualmente percorridos por formigas, encerrá-los em barris com pregos salientes do lado de dentro e lhes entulhar o ânus com pólvora que era em seguida inflamada, prática suficientemente comum para dar origem à expressão coloquial “explodir o traseiro de um negro”. Tão sistemáticos eram os maus-tratos a escravos que davam para sustentar a profissão de carrasco, com salários regulamentados por lei. A tabela para queimar um homem vivo, por exemplo, fixada em 60 libras francesas. Um enforcamento custava apenas 30 libras e pela módica quantia de cinco libras se podia ter um escravo marcado a fogo e suas orelhas cortadas. (DAVIS: 1986, 181)

A selvageria era, portanto, a regra entre os colonizadores franceses, e não a exceção. Frente a ela, poucas eram as opções dos escravos: feridas auto-infligidas que permitiam uma folga no trabalho brutal dos campos, mulheres entregando-se aos capatazes ou praticando o infanticídio para que seus filhos se livrassem do destino dos pais, o alívio imediato pelo meio extremo do suicídio. Aqueles que não puderam ser quebrados, contudo, movidos pelo desejo de liberdade, optavam por fugir das fazendas sob o manto da noite. Alguns rumavam para Santo Domingo, a colônia espanhola do outro lado da ilha. Outros, que falavam o crioulo, “resvalavam para o anonimato, fazendo-se passar por libertos e buscando trabalho nas multidões sem rosto dos mercados e das docas” (Davis: 1986, 182).

Mas havia Maroons de outro tipo, que não se contentavam em viver à sombra, mas assumiam a responsabilidade por seu destino, buscando lutar e vingar-se das injustiças que atormentavam seu povo. Levando consigo qualquer coisa de valor que conseguissem furta – mula, faca, machete, ferramentas agrícolas, roupas –, juntavam-se a bandos organizados em remotos refúgios no interior da ilha, onde viviam em acampamentos armados, “fechados por paliçadas e cercados de largas valas, fortificadas no fundo por estacas pontiagudas”. Cultivavam hortas e eram, em grande parte, auto-suficientes, suplementando o que produziam com incursões periódicas às fazendas. Tais acampamentos eram nada menos que campos de treinamento para guerrilheiros que ameaçavam a ordem e a estabilidade de toda a colônia. Apesar da verdadeira campanha de extermínio com que o Governo francês reagiu a eles, os Maroons foram pouco a pouco ampliando seu território, até que, em meados do século XVIII, regiões inteiras estivessem efetivamente vedadas aos brancos. Em 1770, de acordo com um relato da época, citado por Davis, “(...) o número de Maroons alcançara tais proporções que ‘a segurança tornou-se inexistente’ e era imprudente andar sozinho pelas colinas” (Davis: 1986, 183).

Durante seis anos, Macandal construiu silenciosamente uma rede de colaboradores que se espalhava por toda a colônia. Um tipo de escravo o atraía em especial: os que trabalhavam na intimidade dos fazendeiros, como cocheiros, cozinheiros e criados, cuja presença no meio branco não faria soar o alarme. De dia, Macandal vagueava em busca de prosélitos. De noite, dirigia uma escola, onde, com “ervas de seiva pruriente, criaturas marinhas de aspecto sinistro, serpentes, sapos”, seus alunos e ele buscavam aprofundar a memória coletiva, recordar “as lições que

lhes haviam sido ensinadas na juventude, as fórmulas, preparados e ingredientes dos quais pudessem encontrar equivalentes entre as plantas e animais da nova terra”. O conhecimento por eles produzido passava por um processo de verificação por parte dos anciãos que viviam escondidos nas montanhas, perante os quais Macandal era aprendiz. O que eles finalmente aprovaram, depois de anos de estudo, “Macandal colocou no bojo do almofariz, quebrado nas bordas e gasto pelo uso. Depois, diante dos olhos deles, triturou a morte silenciosa que um dia atravessaria os campos e chegaria a todas as cozinhas da terra”. Prossegue DAVIS:

Com o tempo, qual num mata-borrão, o veneno acabou por se filtrar na vida dos brancos. Em primeiro lugar, o gado morreu, cabeça por cabeça, até que as carcaças hirtas juncaram as planícies setentrionais. Os fazendeiros, consternados, contrataram as melhores inteligências científicas, ervanários que deixaram suas hortas experimentais no Cap a fim de atravessar os campos em busca de alguma erva daninha que estivesse contaminando os pastos. Levaram dias e semanas vasculhando as terras de cultivo e pastagem. Justamente quando pensavam ter descoberto a planta culpada e turmas de trabalho começaram a escoimar os campos, morreu o primeiro dos cães e logo circulou a notícia de que o veneno entrara nas casas.

Para seu horror, os brancos viram-se tolhidos numa armadilha que eles próprios haviam preparado, dependentes que estavam daquelas mesmas pessoas que eram os agentes da sua perdição. O veneno aparecia em toda parte: cozido no pão, nos vidros de medicamentos, nos barriletes da cerveja diretamente desembarcada de navios e bebida porque ninguém confiava mais na água extraída dos poços. Sucumbiam os convivas de banquetes inteiros, às vezes por causa da sopa, outras, talvez, por causa do chá, do vinho ou até de frutas apanhadas frescas nas árvores. O terror dos brancos deu lugar à ira, e escravos inocentes foram flagelados até a morte. A mínima suspeita de colaboração com os envenenadores significava a tortura e a morte horrível. Mas o inimigo era invisível; somente a sua marca era sentida, universalmente nos brancos e igualmente em qualquer negro que desse sinais de trair os agentes de Macandal. A administração colonial decretou estado de sítio e esvaziou os quartéis a fim de que as guarnições militares percorressem as ruas do Cap, armas ao ombro e inúteis contra o inimigo sem rosto. Os tribunais condenavam quem quer que fosse imaginado culpado e turmas de trabalho foram dizimadas na tentativa de conseguir os nomes dos líderes da conspiração. Os químicos e ervanários voltaram a se reunir para tentar uma vez mais identificar a origem da praga, se animal ou planta, ou talvez algum composto tomado do farmacêutico ou alguma poção trazida da África pelos miseráveis. Uma proclamação régia proibiu

a qualquer escravo preparar qualquer remédio ou tentar curar qualquer doença, com exceção da mordida de cobra. Mas nada que o Governo fizesse pôde sustar o contágio. Morreram centenas de escravos e igual número de branco. Antes que Macandal fosse liquidado, pelo menos 6 mil estariam mortos (DAVIS: 1986, 187-8)

A conspiração comandada por Macandal não foi a primeira nem a última revolta de escravos a abalar os próprios fundamentos da colônia, já que os Maroons constituíam uma ameaça aos colonizadores pelo menos desde a segunda metade do século XVII, antes mesmo de o Haiti passar das mãos dos espanhóis para as dos franceses. A tal ponto que, já no início do século seguinte, conspirações sediciosas, homicídios misteriosos e boatos de catástrofes iminentes se terem tornado o prato do dia da vida colonial. E os venenos já eram de tal modo comuns em 1738 – dois anos antes da fuga de Macandal – que um decreto régio foi expedido especificamente para proibi-los. Até o final do século, a idéia de liberdade, propagada por meio de clandestinas assembleias noturnas, e dentro da paixão dos rituais vodu, crescia juntamente com o número e o tamanho dos grupos de Maroons, cujos líderes – Hyacinthe, Macaya, Romaine la Prophetesse – tinham seus nomes divulgados entre os escravos. O ponto de ignição teve lugar no verão de 1791, “(...) e a centelha foi acesa numa cerimônia vodu a que compareceram delegados de todas as fazendas da planície setentrional” (DAVIS: 1986, 190-1).

A revolta terminou com a expulsão definitiva dos franceses em 1803 e o Haiti foi cercado por um cordão de isolamento semelhante ao que, um século e meio depois, seria montado em torno de Cuba, mas isso já é tema para um outro trabalho...

REFERÊNCIAS:

BASTIDE, Roger. **As religiões africanas no Brasil**. São Paulo: Pioneira, 1985.

D’ADESKY, Anne-Christine. **Under the bone**. Nova York: Farrar, Straus and Giroux, 1994.

DAVIS, Wade. **A serpente e o arco-íris**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1986.

GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas, sinais. Morfologia e história**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.